



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO

ESTADO DE MINAS GERAIS



Ética e Compromisso a Serviço do Povo

RELATÓRIO DA REUNIÃO ESPECIAL REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO COM O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

OBJETIVO: Discussão sobre o atraso no pagamento das progressões, promoções e reajustes anuais dos servidores públicos municipais.

DATA: 26 de junho de 2018, às 18:15 horas.

LOCAL: Plenário da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo/MG.

VEREADORES PRESENTES:

Geraldo da Cruz Alves Andrade (Presidente), Alex Fabiano Moreira, Antônio Carlos Magalhães, Aziz José Ferreira, Eldir José Batista, Frederico Henrique Cota Alves, Pastor José Maria Soares Santos, Leonardo Pereira Ribeiro, Marcus Antônio Pereira Marinho e Paulo Ferreira Pinto.

PRESENCAS REGISTRADAS:

Secretário Municipal de Administração - Thomás Lafetá Alvarenga; Secretária Municipal de Educação – Denise Maria Botelho.

DESENVOLVIMENTO:

O **Presidente Geraldo da Cruz Alves Andrade – Louro** – procedeu à abertura da reunião e passou a palavra ao Secretário Municipal de Administração – Thomás Lafetá Alvarenga.

Thomás Lafetá: apresentou *slides* para ilustrar sua fala e, inicialmente, tratou da lei de responsabilidade fiscal e limites de gastos com pessoal. Que o limite de gasto com pessoal do Poder Executivo é 54% e o limite prudencial é 51,3%.

Falou sobre a situação financeira do município e apresentou soluções possíveis diante da situação econômica de Pedro Leopoldo. E mencionou que a previsão de receita em 2018 é de cerca de 143 milhões de reais, fora o valor devido pelo Estado ao município, que é de cerca de 8 milhões de reais. Então, relacionou a despesa de pessoal por área.

O impacto financeiro das promoções e progressões dos servidores da Educação será cerca de 3,3 milhões de reais. Demais servidores efetivos municipais será cerca de 1,3 milhão de reais por ano. Propôs análise e deferimento de todos os pedidos de promoção/progressão e averbação por tempo de serviço em 2019, mediante aprovação da alteração do Projeto de Lei do Plano de Carreiras da Educação, em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal e atingimento do limite prudencial.

Explicou que o motivo de estar em plenário é que houve um avanço nas finanças municipais. E propôs para 2019 o aumento do limite de salário para fazer jus ao vale alimentação, além da revisão dos critérios para concessão do auxílio transporte.

cópia



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Ética e Compromisso a Serviço do Povo

Pastor José Maria: esperava que o Secretário de Administração demonstrasse como serão pagos os valores devidos e de quantas vezes será feito o pagamento.

Thomás Lafetá: acha que sendo regularizado o repasse, a partir de 2019 haverá condições de pagar todas as progressões e promoções. Que é um fator de risco se a projeção não se concretizar. São fatores que estão sob análise.

Marcus Marinho: gostaria que fosse feita proposta sobre o pagamento. Já que a prefeitura fala em crise, gostaria que fosse informado o valor da arrecadação de IPTU, visto que foi a justificativa para aumentar IPTU. Que os servidores deveriam ter um crédito e não pagar o IPTU.

Quanto aos cortes, perguntou se foi feito o cálculo, caso comece a demitir servidores estáveis e não estáveis. Até primeira quinzena de junho, foi arrecadado quase 15 milhões de reais de IPTU.

Thomás Lafetá: deveria se dar isenção de IPTU é necessário se comprovar o superávit para ter renúncia de receita, além de critérios impessoais. Que houve aumento de receita própria, mas continuam ocorrendo perdas em outras receitas.

Leonardo Ribeiro: comentou que com todas as promessas feitas em campanha e com dois ex-vereadores como Prefeito e Vice-Prefeito, não esperava essa situação. Pediu que fosse informado a partir de que mês de 2019 serão pagos os atrasados. Se os servidores fizerem greve, a situação ficará pior para o município.

Thomás Lafetá: querem efetivar progressões e promoções no primeiro quadrimestre de 2019.

Frederico Henrique: infelizmente os edis foram penalizados com a votação do IPTU. Disseram que se não fosse majorado o IPTU, seriam fechados equipamentos no município. Queria saber se em 2019 será enviado outro pedido de reajuste de IPTU.

Thomás Lafetá: há um compromisso de não promover novas equalizações de reajuste de IPTU.

Pastor José Maria: é possível colocar no corpo do projeto da Educação o compromisso desse pagamento em 2019?

Thomás Lafetá: pode enviar um substitutivo com o pagamento para 2019.

Então, foi passada a palavra ao público:

Alex, servidor da Secretaria de Obras: acha que não necessitaria de uma conversa robótica por parte do Thomás, o qual falou que alguns presentes no plenário não receberam a devida educação de seus pais. Cobrou a presença do Prefeito no plenário. Indagou se servidores de cargos em comissão que recebem mais, dormem tranquilos.



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO

ESTADO DE MINAS GERAIS



Ética e Compromisso a Serviço do Povo

Simone Romano: Pensou que a Prefeitura iria contar as novidades boas sobre a situação financeira do município, que melhorou a arrecadação. Mas há divergências de dados. No relatório que ela conseguiu, a previsão de arrecadação é de cerca 172 milhões de reais. No primeiro quadrimestre, já arrecadou 52,19% do previsto para todo o ano. Além disso, utilizaram a LRF para obrigar o servidor a ficar calado. Disse que no ano passado até abril, somente 17% foi arrecadado. Disse ao Alex que o SindUte irá prestar assessoria jurídica, caso precise de defender perante o município pelas palavras que proferiu. Pediu mais respeito para com os trabalhadores da Educação.

Thomás Lafetá: os números que apresentou são da receita corrente líquida, ou seja, da arrecadação real.

Margarete, enfermeira, representante do Sindicato Estadual dos Enfermeiros: o que entristece é lembrar que há 2 ou 3 anos, o Prefeito e o Vice-Prefeito atuais estavam pedindo apoio dos servidores. No entanto, não recebem os servidores em seus gabinetes. Que o Sindicato também tem corpo jurídico disponível para auxiliar o servidor que se sentir ameaçado.

Gerton Rodrigues: vê pessoas querendo se envolver e querendo entender o que é o orçamento. Fica a dica para o servidor: não há no município cargo em confiança, mas sim comissionados, servidores efetivos e servidores contratados, que também se enquadram na LRF. Se passar pelo efetivo, passará pelo contratado. O Thomás falou que a folha começou a aumentar. É preciso entender esse histórico. Antes de 2012 o município passou por dois grandes concursos. Isso fez elevar a folha. Além disso, houve a municipalização das creches, o que trouxe impacto para a folha. Outra coisa foi o plano de carreira da Educação, aprovado no final de 2012.

A receita corrente líquida com a Educação é de cerca de 26% e se gasta 30% com a Saúde. O primeiro erro é gastar mais com Saúde.

Mostrou *slides* com o IDEB da Educação, que melhorou após a municipalização das creches e a aprovação do Plano da Educação.

A receita corrente em 2015 ficou cerca de 147 milhões de reais, em 2016 ficou cerca de 158 milhões de reais; em 2017 foi cerca de 152 milhões de reais e em 2018 ele estimou em 164 milhões de reais.

Primeiro mito é que as receitas do município não estão caindo. Acredita que nesse ano não ocorrerá repatriação de dinheiro do exterior. Explicou como chegou ao valor de 164 milhões de reais. Que o superávit para 2018 é de cerca 11 milhões de reais. Se tirar 2 milhões de reais do FUNDEB, pode-se dizer que o superávit é 8 milhões de reais aproximadamente. Isso sem contar com o valor devido pelo Estado.

Expôs a repercussão financeira da arrecadação do IPTU e coleta de lixo, sendo que há aproximadamente 3 milhões de reais para arrecadar com esse imposto, mais as taxas. Disse que servidor não tem condições de esperar até 2019 para receber os atrasados.

cópia



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Ética e Compromisso a Serviço do Povo

Thomás Lafetá: quando o Gerton disse que não houve queda, analisou valores absolutos. Mas em valores nominais há queda. E as eleições e o comportamento do Estado podem influenciar negativamente na situação financeira do município.

Marcus Marinho: perguntou em quem acreditar e sugeriu que fosse instaurada CPI para apurar os dados sobre a receita.

Marcelo Cristino, do Sindicato Municipal: está ausente devido aos gastos que teria para acompanhar as reuniões da Câmara in loco, mas assiste pela internet. O poder de compra dos servidores caiu muito. Pediu para Thomás se retratar, pois foi infeliz em falar que a servidora presente não deveria se descabelar.

A atual Administração nunca poderá falar que o servidor é oposição política, pois ele foi um dos que apoiou essa gestão. Que o Prefeito e Vice-Prefeito deveriam estar presentes no plenário. Que a pauta dos servidores é a mesma há três anos. O Sindicato não tem obtido resposta do Executivo aos seus requerimentos. Acha que a Câmara Municipal deve ser mais enérgica com o Executivo. Se a CPI demorar, não vai fazer diferença para o servidor, pois a promessa é de pagar apenas em 2019.

Thomás Lafetá: não tem receio nenhum de expor os dados sobre as finanças municipais.

Geraldo Abreu, servidor municipal: Thomás falou da LRF muitas vezes. Perguntou quanto foi gasto com pagamento do abono anual e o Thomás respondeu. Geraldo falou que estão dizendo que estão reduzindo gastos e sugeriu que salários do prefeito e secretários fossem reduzidos.

Geraldo Aguilar: é professor contratado do Estado. O Município está cobrando reposição de aulas, devido a paralização dos caminhoneiros. Isso é ruim para o diálogo. É ruim ver mensagens coibindo servidores de se expressarem. Cobrou o orçamento participativo.

Leonardo: há possibilidade de pagar ticket alimentação a todos os servidores?

Thomás Lafetá: vai fazer os cálculos e apresentar a projeção dessas despesas.

Concluindo, o Presidente Geraldo da Cruz Alves Andrade convidou a todos para a audiência pública do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, na próxima quinta-feira, às 18 horas. Agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente reunião às vinte e uma horas e quinze minutos.

Pedro Leopoldo, 26 de junho de 2018.

Cópia

Vereador Geraldo da Cruz Alves Andrade
Presidente da Câmara Municipal